

BELO HORIZONTE E LA PLATA: CIDADES-CAPITAIS DA MODERNIDADE LATINO-AMERICANA NO FINAL DO SÉCULO XIX*

Rogério Pereira de Arruda**

Recebido em: 03/04/2012 Aprovado em: 30/04/2012
--

Resumo: *Belo Horizonte, no Brasil, e La Plata, na Argentina são duas cidades-capitais planejadas e construídas no final do século XIX para simbolizarem o processo de modernização pelo qual passava cada uma de suas regiões. Este artigo realiza uma análise, em perspectiva comparada, em que dois aspectos fundamentais do processo de instalação das duas cidades são destacados: a escolha das localidades para a edificação das cidades e as características urbanas de cada uma delas. A abordagem visa estudar as semelhanças e as diferenças do processo de construção das duas cidades-capitais, enfatizando as respostas dadas aos desafios da modernização capitalista.*

Palavras-chave: *Belo Horizonte; La Plata; Brasil; Argentina; cidades-capitais.*

No período em que La Plata e a Cidade de Minas (Belo Horizonte)¹ foram construídas, Argentina e Brasil passavam, cada qual ao seu modo, por uma etapa importante do processo de afirmação enquanto nações modernas. De certa forma, ambas as cidades inserem-se no *novo ciclo de urbanização* da segunda metade do século XIX que acontece na Europa e se irradia pelos quatro pontos cardeais do planeta, como destaca Zucconi (2009, p.16-8). Mais que analisar tal processo, interessa-nos, especificamente, compreender como cada um dos dois países deu respostas específicas para os desafios de seu processo de modernização capitalista.

A construção de uma nova capital para a província de Buenos Aires se associa imediatamente à revolução de 1880² ocorrida na cidade de Buenos Aires e não deixou de ser uma maneira de concluir o processo de unificação nacional, iniciado na primeira metade do século XIX. Já a construção de Belo Horizonte se vincula à proclamação da

* Este artigo é um resumo do primeiro capítulo da tese intitulada *Cidades-capitais imaginadas pela fotografia: La Plata (Argentina) e Belo Horizonte (Brasil), 1880-1897*. A tese foi defendida na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em 2011, sob orientação da prof^a Maria Eliza Linhares Borges e coorientação das professoras Alícia Novick e Marcela Gené, da Universidade de Buenos Aires (UBA). A tese contou com bolsa sanduíche da CAPES.

** Doutor em História Social da Cultura (UFMG). Professor do UNI-BH – Centro Universitário de Belo Horizonte.

república no Brasil em 1889, oportunidade usada por parcela das elites mineiras para encaminhar um processo de modernização do estado.

Nesse sentido, o principal objetivo deste artigo é relacionar alguns aspectos do processo de modernização das duas regiões latino-americanas que nos permitem compreender suas especificidades e similaridades. Para tanto, fizemos uma abordagem que não tem a pretensão de corrigir ou trazer novas descobertas sobre os processos de mudança da capital, fenômeno ocorrido em outros períodos históricos e em outras circunstâncias.³ Nossa intenção é lançar mão da perspectiva comparativa para enfatizar a história de duas cidades-capitais vinculadas ao processo de formação de nacionalidade e de integração ocorrido no contexto da modernidade industrial. Este ponto de partida implica considerar a filiação histórica dessas capitais aos temas da liberdade, da República e dos processos de fixação de cidades como polos políticos, econômicos e socioculturais.

O artigo está estruturado em duas partes. Na primeira, estudamos o procedimento de escolha das localidades. Na segunda, caracterizamos a proposta urbana de La Plata e da Cidade de Minas. A perspectiva comparativa aqui adotada tomou como principal referência algumas proposições de Marc Bloch (BARROS, 2007a; BARROS, 2007b; FAUSTO, DEVOTO, 2005; PRADO, 2005). Dentre elas, destaca-se a tipologia proposta pelo autor: o estudo de sociedades próximas no espaço e no tempo, enfatizando-se as semelhanças e as diferenças.⁴ Este enfoque, da mesma maneira, nos proporciona criar condições para compreender os sentidos históricos de cada processo de modernização capitalista nas duas cidades-capitais planejadas para serem vitrines da modernidade.

1. Onde se deve instalar uma cidade-capital?

Essa pergunta mobilizou a sociedade em Buenos Aires e em Minas Gerais. Coube às elites políticas regionais e aos respectivos governos criar procedimentos para respondê-la. Não foi fácil encontrar uma resposta, pois não se tratava de uma questão meramente técnica. A escolha do local envolveu interesses diversos, abarcou disputas políticas e econômicas. Não se encontrou uma solução simples, pois não se tratava de escolher somente o espaço geográfico da nova capital. Objetivava-se, além disso, instituir um espaço que fosse a sede do poder do Estado, mas igualmente um lugar

simbólico. Vejamos, em um primeiro momento, como este processo foi encaminhado em Buenos Aires.

1.1. Um local para “la nueva” Buenos Aires

Uma das consequências da revolução de 1880 foi a federalização da cidade de Buenos Aires. Dessa forma, a província, que até então tinha sua sede na mesma cidade, teve que se instalar em outra localidade. Neste contexto, os desdobramentos da revolução de 1880, como a criação de uma nova capital para a província, eram atos que sinalizavam o início de um novo tempo - o tempo da Nação Argentina consolidada e desejosa por sua nova inserção no mundo dito moderno e civilizado. Diante da urgência em se finalizar o processo de federalização, as iniciativas em torno da escolha de uma nova capital provincial se deram desde os primeiros dias da administração do governador Dardo Rocha (1838-1921). A partir de 1881, uma série de medidas administrativas (leis, decretos, nomeações) foi necessária para a realização da tarefa. Para tanto, foram criadas comissões. A primeira, denominada Comissão da Capital (*comisión de la capital*), destinava-se a estudar as localidades indicadas; a segunda encaminharia o processo de seleção de projetos para alguns edifícios públicos, por meio de um concurso internacional. Ao Departamento de Engenheiros coube a responsabilidade de preparar os projetos dos prédios que não haviam ido a concurso, bem como de elaborar todos os orçamentos das construções e, principalmente, o plano da nova cidade.

Segundo decreto provincial, a comissão da capital deveria observar alguns critérios na avaliação das localidades, tais como: vantagens e inconvenientes para a administração pública; qualidade dos terrenos tanto para a edificação da cidade, como para a implantação da agricultura nas áreas circunvizinhas; quantidade de água suficiente para uma população numerosa; facilidades de comunicação com o exterior; facilidade de comunicação com a capital do país, com o interior da província e com as demais unidades federadas; condições propícias às obras indispensáveis à higiene e comodidade de um grande centro populacional (BUENOS AIRES. RESEÑA, 1885, p.1).

A conclusão dos trabalhos da comissão foi apresentada em outubro de 1881. As localidades que reuniam as melhores condições higiênicas, hidrográficas e

administrativas para o estabelecimento de um grande centro populacional eram “Campana, las Lomas de la Ensenada y Zárate, en primer término y subsidiariamente Quilmes; los Olivos y San Fernando o los pueblos de la línea férrea del Oeste desde Moreno hasta Mercedes si se hubiera elegir una ciudad mediterránea.” (BARBA, 1995, p.58-9).

Tal como sugerido pela comissão, o local escolhido para a instalação da nova capital foi as terras altas do município de Ensenada (*las Lomas de la Ensenada*), às margens do Rio de La Plata (60 km de Buenos Aires), região ocupada desde meados do século XVI, onde havia um antigo porto e um povoado já com significativos sinais de desenvolvimento econômico. Esta definição é apresentada pelo governador Dardo Rocha, em 1882, que, junto com seus ministros Carlos D’Amico e Francisco Uriburu, assina a *Mensaje a la Legislatura*, acompanhada de alguns projetos de lei, entre os quais um legalizando a escolha. Sobre este tema a historiografia argentina apresenta teses semelhantes, todas destacando que a decisão pelo tipo de cidade e sua localização já estava definida por Dardo Rocha desde 1881.

A Mensagem à legislatura enviada pelo governador aos deputados e senadores provinciais, a nosso ver, é um dos principais documentos deste processo. No entanto, a historiografia disponível não lhe dá a devida atenção.⁵ Nela, Dardo Rocha não se atém somente a relatar seus atos administrativos e formalizar a decisão por uma localidade e submetê-la à apreciação do Poder Legislativo. O governador usa a oportunidade para expor seu pensamento sobre a questão da escolha da nova capital, por meio de um estudo no qual aborda o tema em perspectiva histórica. Nossa hipótese é que Dardo Rocha usa este documento para construir uma parte da memória nacional e vinculá-la à sua própria. Como autor de um documento oficial, que formalizaria uma importante etapa da modernização do país, o governador se põe como personagem central do processo. Desse modo, essa etapa seria um capítulo de sua própria biografia política.

A Mensagem, neste sentido, é um documento/monumento (LE GOFF, 1996, p.535-53), pois dialoga com o presente e se projeta, intencionalmente, para a posteridade. Ao mesmo tempo em que se procura estabelecer uma fundamentação consistente para apreciação de seus interlocutores, a Mensagem também cria uma memória oficial do processo em curso e, assim, se apresenta como um marco fundacional. De forma direta, o texto se dirigia aos deputados e senadores que

apreciariam a matéria. Em sua maioria, o corpo legislativo havia sido favorável à federalização da cidade de Buenos Aires e, portanto, compartilhava com o Poder Executivo provincial os procedimentos relativos à instauração da nova capital. Desse modo, o texto deveria convencer os legisladores a apoiar a escolha do Poder Executivo. O que de fato aconteceu. Entre março e abril de 1882, o projeto do poder Executivo foi discutido e aprovado, tanto na Câmara de Deputados como no Senado, apesar de algumas dissidências. Já indiretamente, a Mensagem não deixa de ser uma resposta às localidades e grupos que pleiteavam a capital em local de seu interesse e que, naquele momento, estavam sendo formalmente preteridos.⁶

Torna-se importante destacar que a Mensagem à legislatura não é um documento que se apresente como uma comunicação dos resultados dos estudos técnicos; no entanto, tomando-os como pressuposto, vai mais longe: produz um estudo autoral que estabelece o papel central do governador na condução do empreendimento. Dardo Rocha demonstra conhecimentos principalmente sobre economia, geografia e história, sempre articulando aspectos de caráter geral com as particularidades, seja do país ou da província. Ao expressar seu pensamento, expõe a maneira como a questão da capital era percebida no momento. Uma abordagem minuciosa do texto da Mensagem foge aos nossos propósitos, mas acreditamos na necessidade de destacar alguns dos seus principais aspectos. Eles se referem à composição da comissão de estudos das localidades; à definição do tipo de cidade a ser construída; à centralidade do tema do trabalho na compreensão da história argentina e às características da localidade escolhida para a nova capital.

No que se refere à comissão de estudos dos locais, o governador destaca o modo como a mesma foi organizada e como seus resultados seriam trabalhados por ele. Quanto à composição, sem citar nominalmente sequer um integrante⁷, destaca que dela participaram estadistas, negociantes e cientistas, que, segundo ele, representavam diferentes opiniões políticas, pois não se tratava de um assunto exclusivo de um único partido (BUENOS AIRES. MENSAGE, 1882, p. 5). Ou seja, em um país saído recentemente de uma luta armada, havia que se buscar formas de inserção de diferentes agentes políticos, pois a instalação da nova capital era parte do processo de pacificação em andamento.

Quanto ao tipo de cidade na qual deveria ser instalada a nova capital, o governador expõe os três tipos em estudo: a mediterrânea, a vizinha à cidade de Buenos Aires e a fluvial. Após reunir todos os argumentos contrários às duas primeiras, Rocha apresenta a defesa da cidade fluvial, indicando, ainda, a necessidade de que a mesma fosse uma cidade nova, pois nenhuma das candidatas apresentava características propícias ao que se esperava da futura capital. Outro aspecto bastante ressaltado na Mensagem foi o de que a nova capital não deveria ser somente um centro político-administrativo, mas também um polo de desenvolvimento de “población, de civilización y de comercio”, diante da importância assumida pela província no país. A instalação da nova capital seria uma oportunidade histórica, pois teria um caráter civilizatório que colaboraria para corrigir os erros do passado.

Em seu estudo, Dardo Rocha comunga com outros defensores da cidade moderna, espaço de onde emanariam o progresso, o esclarecimento, o desenvolvimento econômico, um local em que a barbárie não encontraria morada, pois nele prevaleceria a liberdade, condição primeira para o triunfo da civilização. Nas formulações de Dardo Rocha sobre a liberdade, encontramos ecos do pensamento liberal clássico, representado por autores como Stuart Mill (1806-1873), Alexis de Tocqueville (1805-1859) e Benjamin Constant (1767-1830). O governador trata sobre liberdade de opinião, limitação dos poderes do estado, etc. Acreditamos que tanto no Brasil como na Argentina o termo liberdade estava associado à dimensão política: liberdade, principalmente, para a atuação de suas elites. Após associar cidade, civilização e liberdade, o governador exclamava: “Que haya una ciudad argentina en la Provincia de Buenos Aires, que pueda mostrarse como uno de los mejores modelos de la civilización, de la cultura y de la riqueza nacionales” (BUENOS AIRES. MENSAGE, 1882, p.35).

À localidade escolhida para a construção da nova capital, as terras altas de Ensenada, vizinhas ao antigo porto de mesmo nome, está dedicada grande parte do documento.⁸ Naquele momento, o governador informa que o engenheiro holandês J. A. A. Waldorp havia sido contratado e confirma as antigas avaliações, por meio de seus estudos hidráulicos. Comunica, ainda, que o mesmo engenheiro já tinha concluído um orçamento para a construção do porto de Ensenada.⁹ A cidade-porto seria uma porta de entrada do desenvolvimento moral e material. Acreditava-se que uma nova onda

civilizatória banharia as costas provinciais e se irradiaria por todo o país a partir da nova capital, à qual caberia receber e ampliar o movimento de transformação.

Na mensagem do governador à legislatura os argumentos favoráveis a Ensenada são muitos, ocupando várias páginas. Nelas, as questões objetivas da localidade são entremeadas com comparações com outros portos e cidades e anúncios das expectativas para o futuro da nova capital. O texto é finalizado com um apelo aos deputados e senadores para que aprovassem a indicação feita pelo governador (BUENOS AIRES. MENSAGE, 1882, p.70-84).

Posto que a província necessitava estabelecer uma grande cidade, que fosse simultaneamente administrativa, política e polo do desenvolvimento econômico e de civilização, os argumentos são desenvolvidos. Rocha ressaltou a posição geográfica favorável, principalmente a proximidade com Buenos Aires. Quanto aos meios de transporte, sua localização igualmente favorecia a integração com a rede geral de comunicações da província. Outro aspecto presente na mensagem de Dardo Rocha evidencia que as terras de Ensenada ofereciam espaço para o estabelecimento de população numerosa, devido à sua altitude, abundância de água e demais condições de salubridade. O terreno era propício à construção dos edifícios nas condições de higiene requeridas pela ciência, bem como à produção agrícola que já existia em suas adjacências e poderia ser intensificada. Na localidade, o solo era adequado para a produção de ladrilhos, nas imediações havia areia de boa qualidade, sendo que os demais materiais poderiam ser buscados nas regiões próximas (BUENOS AIRES. MENSAGE, 1882, p.80).

Na Mensagem, a construção da nova capital provincial seria uma maneira de intervir por meio da inteligência humana no processo de evolução a que, na visão do governador, todas as sociedades estavam sujeitas. O destino de todas as sociedades era o progresso tanto moral quanto material. A questão da capital é pensada à luz da realidade contemporânea, que tem como fundamento a posição do país na América do Sul e seu “estágio” de desenvolvimento em relação aos Estados Unidos e à Europa. O modelo de desenvolvimento a ser seguido seria o do mundo capitalista, seja o norte-americano ou o europeu, pois nestes lugares o progresso material teria prevalecido devido ao exercício da liberdade e da dedicação ao trabalho. Um aspecto que singularizou a ação de Dardo Rocha em torno da escolha do local a se instalar a nova capital foi o recurso ao

conhecimento científico como pressuposto para tomada de decisões. No entanto, ele não abre mão da hierarquia que marca a relação entre a ciência e a política: ao poder público caberia a tomada de decisão, pois seria o depositário da autoridade e do poder, sob a forma do Estado Nacional.

Também já se percebe na Mensagem o surgimento do mito do fundador, pois o governador chama para si as decisões principais: em muitas passagens, Rocha faz uso da narrativa em primeira pessoa e demonstra um largo conhecimento da história nacional e mundial. Apresenta-se, assim, como um governante esclarecido, como um intelectual alçado à condição de estadista. Dardo Rocha coloca-se como a imagem reversa do caudilho e, ao contrário deste, se mostra capacitado para conduzir os destinos da nação.

No Brasil, a escolha do local para a nova capital de Minas Gerais foi também um tema relevante. Todavia, configurou-se um processo mais disputado e mais longo do que o ocorrido em Buenos Aires. Dardo Rocha, apesar das oposições, comandou o processo de forma relativamente rápida, pois entre a sua posse, em 1881, e a escolha do local, em 1882, se passaram tão somente treze meses. Em Minas Gerais, a questão das localidades envolveu um processo político que, inicialmente, se deu no âmbito do Congresso Constituinte, entre abril e junho de 1891, ultrapassou seu período de vigência e se prolongou até o final de 1893. Portanto, considerando a data da promulgação da Constituição, em junho de 1891, determinando a mudança, foram necessários trinta meses para a escolha do local. Foi um processo relativamente lento se comparado com o ocorrido em Buenos Aires. A particularidade deu-se em função de que o país vivia um período de consolidação republicana; neste sentido, as questões políticas, tanto nacionais como estaduais, impactaram o processo. No entanto, o maior peso explicativo recaí na disputa interna, ou seja, as regiões do estado se puseram em disputa pelo privilégio de sediar a nova capital. As elites regionais tinham fôlego suficiente para bancar seus projetos e lutar pelas suas posições de mando político.

1.2. O lugar da nova capital mineira

Após a proclamação da República, em novembro de 1889, o tema da mudança da capital mineira para outra localidade movimentou o estado. O decreto n. 7 do governo provisório de Deodoro da Fonseca (1827-1892), que permitia aos estados

transferirem suas capitais, fomentou as discussões. Muitos pediram sua aplicação imediata. No entanto, os políticos ouro-pretanos, que em sua maioria eram contrários, conseguiram uma vitória relativa na batalha contra a mudança da capital ao levarem a discussão para o âmbito legislativo, pois o tema seria discutido no Congresso Constituinte, o qual iniciou seus trabalhos em abril de 1891. Neste momento, as paixões foram canalizadas para um espaço institucional novo com a expectativa de que as correntes político-regionais, de forma organizada, deliberassem via ação dos seus representantes. Dos sete governadores do período (1889-1891), e que governaram por mais tempo, dois explicitamente apoiavam a mudança: João Pinheiro da Silva (11.02.1890-20.07.1890) e Antônio Augusto de Lima (18.03.1891-16.06.1891). No entanto, não decidiram a questão por meio de um ato do Poder Executivo. Por conseguinte, ressaltar a vitória relativa de Ouro Preto em abril de 1891 se justifica, pois a defesa do Congresso Constituinte, como fórum legítimo de discussão, foi a principal bandeira dos antimudancistas.

Uma intervenção mais afirmativa, talvez, tenha sido evitada diante das divergências e da disputa que então se configuraram no estado. Este foi o caso do governador Augusto de Lima (1859-1934), que já tinha um decreto de mudança da capital para Bello Horizonte antes da reunião do Congresso Mineiro, mas desistiu de publicá-lo. A reação do jornal *O Pharol*, em princípios do mês de abril, dá uma noção do quanto um ato desta natureza poderia desagradar. Em um editorial, o jornal se refere a um possível decreto de mudança da capital para Bello Horizonte, manifestando a insatisfação de que tal atitude estava dando margem a negociatas de terras na referida localidade, envolvendo os congressistas nacionais e mineiros. Em tom inflamado, o articulista pede ao governador que “enxote de junto de si esses trãnsfugas do ensilhamento, reppila-os com energia, sem considerações de ordem alguma, quaesquer que sejam as posições que elles occupem na sociedade.” O autor finaliza exortando que a transferência da capital não se transformasse em mais uma fonte de decepção para republicanos sinceros (*O Pharol apud O Jornal de Minas*, 04 abr. 1891). Nesta altura já se verificava no país um sentimento de decepção com a República, notadamente por parte dos republicanos históricos.

Em sua Mensagem ao Congresso Constituinte, em abril de 1891, documento que formalizava o início dos trabalhos, o governador Antônio Augusto de Lima não só

manifestava o apoio à mudança, como já indicava o local para a construção da nova cidade: Bello Horizonte (MINAS GERAIS. MENSAGEM, 1891). Esta mensagem, já definindo a localidade, desagradou e frustrou tanto aos antimudancistas como aos mudancistas. Aos primeiros, por discordarem da própria natureza da questão; aos outros, por não estarem unificados em torno de uma localidade. Em um texto breve, o governador se referia à urgência do tema da mudança da capital enfatizando que o mesmo era o que mais preocupava o espírito público naquele momento. Para ele, havia o desejo por uma nova capital que fosse “um centro de atividade intelectual, industrial e financeira, e ponto de apoio para a integridade de Minas Gerais, seu desenvolvimento e prosperidade, pois que de tais condições carece, infelizmente, a atual Capital [...]”.

A definição da localidade na Mensagem de Augusto de Lima amparava-se, de algum modo, em um estudo anterior encomendado pelo governador Domingos José da Rocha (20.07.1890-23.07.1890) ao engenheiro Herculano Velloso Ferreira Penna (BARRETO, 1995b, p. 307). Este profissional realizou uma avaliação do vale do Rio das Velhas concluída em novembro de 1890 (LINHARES, 1957, p.55). Quando o Congresso Constituinte iniciou suas sessões, apesar de o estudo ter sido entregue no ano anterior, ele foi amplamente divulgado e debatido na imprensa, provavelmente devido ao fato de a indicação de Bello Horizonte fazer parte da Mensagem do Governador.¹⁰ Parte dos parlamentares reagiu negativamente ao parecer de Penna, alegando que o mesmo não tinha base científica e também porque havia estudado somente uma região. Em comum acordo com os parlamentares, o governador solicitou novo estudo ao engenheiro Domingos José da Rocha, que teria 45 dias para estudar o vale do Rio das Velhas e também o vale do rio Paraúna. Para tanto, um ofício determinou os aspectos que deveriam ser observados no estudo das duas localidades. Realizados os primeiros estudos, alguns membros da comissão presidida por Rocha não puderam continuar a missão. Desse modo, somente Bello Horizonte foi estudada, para decepção de muitos congressistas.¹¹ Linhares afirma que o estado deu instruções secretas à comissão para que estudasse somente Bello Horizonte, diante do curto tempo de que dispunha (LINHARES, 1957, p.64). Certamente o “curto espaço de tempo” foi uma artimanha política para fazer valer a posição dos que advogavam a mudança da capital para aquela localidade.

Durante os trabalhos legislativos, a imprensa discutiu intensamente o tema da mudança. Não faltam exemplos de como foram suas reações, que explicitavam discordâncias, disputas e proposições. As críticas aos pareceres de Penna e de Rocha foram alvos preferenciais.¹²

Ao longo dos trabalhos legislativos, os embates sobre a mudança foram acirrados, não tanto em torno da necessidade de uma nova capital, mas do local apropriado para instalá-la. A disputa dos congressistas em defesa de suas regiões de origem, para que fossem a sede da nova capital, determinou o adiamento da escolha do melhor local. Tanto o parecer de Penna foi recusado no início dos trabalhos constituintes, quanto o novo parecer de Rocha. A mudança foi decretada pela Constituição, em junho de 1891, em suas disposições transitórias. No entanto, o local seria decidido por comissões a serem formadas com tal objetivo (LINHARES, 1957; RESENDE, 1974; VISCARDI, 2007).

A decisão de protelar a escolha do local deu margem a que a disputa pelas localidades continuasse; inclusive, em Ouro Preto persistiu a defesa da cidade (*A Ordem*, 19 jul. 1891). Entre a promulgação da Constituição e a reunião do Congresso Mineiro, que indicaria as localidades, as expectativas continuaram a movimentar o estado. Na imprensa, as localidades eram novamente apresentadas e discutidas ou criticadas. Regiões que até então não tinham entrado na disputa com muita ênfase aparecem nos jornais, muito provavelmente porque os congressistas lançaram as candidaturas no âmbito das discussões parlamentares. A comissão que indicaria as localidades a serem estudadas foi formada em reunião do Congresso Mineiro em outubro de 1891.¹³ Ao final do mês as discussões foram concluídas. Duas atitudes se apresentaram no processo: a defesa sincera de localidades e a proposição de novos lugares para que a ação da comissão de estudos fosse dificultada, comprometendo a mudança. Realizadas as sessões legislativas, foi aprovada a Lei n. 1, adicional à Constituição, a qual indicava Bello Horizonte, Paraúna, Barbacena, Várzea do Marçal e Juiz de Fora.

Pudemos observar que em todo o tempo histórico da mudança da capital as partes em disputas utilizaram estratégias para conquistar o imaginário popular a seu favor. Isto já acontecera no carnaval de 1890, quando, em Juiz de Fora, a mudança de capital foi tema dos festejos, ocasião em que os reclames nos jornais saudavam a cidade

como nova capital de Minas (*O Pharol*, 14 fev. 1890). Já em Ouro Preto, no mesmo ano, as pretensões mudancistas foram ridicularizadas por alguns foliões (*Correio da Noite*, 19 fev. 1890). Em 1894, em São João Del Rey, se registra a saída às ruas de bloco denominado *mudança da capital*.

No final de 1891, um plebiscito patrocinado pelo jornal *O Movimento* também foi uma forma de popularização do tema. Nele saem vencedoras Bello Horizonte e Várzea do Marçal. Assim, o jornal impôs uma derrota simbólica a Juiz de Fora, grande rival dos antimudancistas, principalmente ouro-pretanos, antecipando, inclusive, o desfecho da disputa.

Se o plebiscito de *O Movimento* ofereceu uma oportunidade para que simbolicamente a questão da mudança fosse resolvida, o governo não foi tão eficiente, pois, contrariando algumas expectativas, a comissão de estudo das localidades foi organizada somente no final de 1892. A crise do governo de Deodoro da Fonseca, no final de 1891, que resultou em sua renúncia, afetou a política mineira, protelando a formação da comissão de estudo das localidades. O marechal Floriano Peixoto (1839-1895), como forma de atingir seus opositores nos estados, destituiu ou pressionou pela renúncia de alguns governadores. Inicialmente, o de Minas Gerais, Cesário Alvim (1839-1903), se manteve em frágil situação, que chegou ao limite com o movimento separatista do sul. Ao seu lugar ascendeu o vice-governador Eduardo Ernesto da Gama Cerqueira (1842-1907).

As disputas políticas nacionais e suas repercussões no estado, bem como as contendas regionais, protelaram o encaminhamento do processo mudancista. Enquanto providências oficiais não eram tomadas, o tema não foi esquecido. Em meados de 1892 era anunciada em Juiz de Fora a inauguração de um empreendimento cultural inovador na cidade. Tratava-se da revista *A mudança da capital de Minas*, de autoria de Assis Vieira. No formato do teatro de revista, o autor, juntamente com a Companhia de Operetas Phenix Dramática, do Rio de Janeiro, levava ao palco do teatro Novelli o tema da transferência da capital mineira. A peça “cômico-lyrico-phantastica” de acontecimentos mineiros compunha-se de dois atos, quatro quadros e uma apotheose (*O Pharol*, 10 de jun. 1892). Após algumas apresentações, a Companhia viajou para Ouro Preto. No retorno a Juiz de Fora, em agosto, novas apresentações foram realizadas.

Tudo leva a crer que a revista obteve o sucesso esperado, pois voltou ampliada, segundo noticiou a imprensa na época.

Após a sugestão, sem sucesso, de dois profissionais para realizarem os estudos, surge, em 1892, a indicação do engenheiro Aarão Reis (1853-1936), o qual já era conhecido do novo governador do estado, Afonso Pena (1847-1909). A comissão organizada por Aarão Reis recebeu instruções governamentais definindo que o estudo deveria levar em conta uma cidade para 150 ou 200 mil habitantes. Foram determinados nove aspectos a serem observados no estudo. A localidade ideal deveria ter boas condições naturais de salubridade; abastecimento abundante de água potável; facilidade de implantação de esgotos, bem como conveniente escoamento das águas pluviais e drenagem do solo; oferta de condições favoráveis para a edificação e construção em geral. Era mister, ainda, a garantia de um farto abastecimento dos produtos da pequena lavoura indispensáveis ao consumo diário; a possibilidade de implantação de iluminação pública e particular; condições topográficas favoráveis à livre circulação de veículos e ao estabelecimento de carris urbanos; ligação da localidade ao plano geral de viação estadual e federal. A última recomendação mencionava o aspecto financeiro, pedindo o levantamento das despesas mínimas exigidas para as instalações iniciais indispensáveis para o funcionamento regular da nova capital (MINAS GERAIS. DIRETRIZES, 1892).

O estudo comparativo entre as cinco localidades foi realizado entre o final de dezembro de 1892 e 17 de junho de 1893, data em que o relatório foi entregue ao governador do estado, Afonso Pena, que o submeteu ao Congresso Mineiro.

Para infelicidade dos juiz-foranos, o relatório da Comissão de Estudo das Localidades indicou Várzea do Marçal (São João del-Rei) e Bello Horizonte como os locais mais adequados para a construção da nova capital. Todavia, a decisão caberia ao Congresso Mineiro. Em fins de julho de 1893, foi formada no Congresso uma comissão para emitir um parecer e apresentar um projeto sobre o local mais conveniente à edificação da nova capital, tendo como base o estudo de Aarão Reis. Como os trabalhos do Congresso se encerrariam naqueles dias, não haveria tempo útil para a discussão do trabalho realizado pela comissão. Neste sentido, foi convocada uma sessão extraordinária para novembro na cidade de Barbacena. A transferência também foi justificada devido à situação tensa em que se encontrava a cidade de Ouro Preto. Foram

sessões acaloradas, pois ainda havia espaço político para a atuação dos antimudancistas, que tentaram inviabilizar a aprovação de uma localidade.

Os mudancistas também colaboraram para o tumulto das sessões, pois ainda estavam divididos em torno da indicação da melhor localidade. A comissão escolhida para estudar o relatório de Aarão Reis designou em seu projeto Várzea do Marçal como capital de Minas Gerais, determinou um prazo de quatro anos para a construção, além de permitir ao estado a transferência imediata da sede do governo. No entanto, um membro da comissão, o deputado Camilo Prates, apresentou projeto em separado indicando Barbacena e concedendo um prazo de 15 anos para a mudança definitiva. Se na comissão especial não houve consenso, muito menos no Congresso, sendo necessárias três rodadas de discussão para se chegar a uma conclusão. Foram apresentadas emendas em favor de Bello Horizonte e Barbacena, bem como emendas sobre prazos de construção e mudança provisória.¹⁴ Ao final, prevaleceram a escolha de Bello Horizonte e o prazo de quatro anos para a construção, sem a alternativa de mudança provisória de Ouro Preto.

A historiografia sobre a mudança da capital mineira tem apresentado teses distintas sobre a temática, esclarece Viscardi (2007). A autora identifica dois grupos: um, que destaca as bases políticas e regionais da disputa, em que preponderaria a tentativa de regiões concentrarem maior poder político-econômico; outro, que defende a mudança da capital como uma tentativa de conciliação entre as diferentes regiões mineiras. Do primeiro grupo fazem parte autores como Hélio Lobo, Afonso Arinos de Melo Franco, Moema Siqueira e Vera Cardoso Silva. No segundo grupo destacam-se autores como Maria Efigênia Lage de Resende, Paul Singer, John Wirth, Peter Blasenheim, Francisco Iglesias e Helena Bomeny. Ambos os grupos apresentam argumentos consistentes que não vem ao caso detalhar, mas todos são unânimes em destacar que havia problemas históricos relativos à organização econômica e política do estado e que puderam ser rediscutidos em virtude da implantação da República. Enfim, o país passava por uma etapa importante de seu processo de modernização, o qual não se fez sem disputas e projetos diferenciados.

Para Viscardi, na luta sobre a mudança da capital, os dois projetos em disputa acabaram sendo suplantados por um terceiro, representado pela “construção de uma capital moderna, no espaço da tradição, ou seja, inserindo o futuro no passado.”

(VISCARDI, 2007, p. 40). De certo modo, é uma interpretação semelhante à de Mello, que defende que “a nova capital mineira significou [...] não uma ruptura do tipo novo/velho, moderno/antigo, mas uma recomposição do tempo histórico dentro de uma legitimação da justaposição tradição/futuro.” (MELLO, 1996, p.13). Neste sentido, a Ouro Preto caberia ser o solo sagrado da República brasileira e das tradições mineiras, e à nova cidade, a esperança de futuro, a garantia do progresso. Em nossa percepção, o processo de transformação capitalista, centrado na modernização econômica e também cultural, encontrou resistências, vertentes diferenciadas, oportunidades de ganhos políticos e financeiros, possibilidades de acúmulo de poder, tornando o tema da mudança da capital delicadamente complexo. A mudança efetiva da capital, por meio da construção de uma nova cidade, atendeu parcialmente às expectativas das elites políticas e econômicas em disputa. No entanto, no longo prazo, o processo se notabilizou por ter um caráter conservador, tanto no que tange à não incorporação de maiores parcelas da população no processo, e pelo rígido controle do processo político-legislativo¹⁵, quanto pelo fato de não ter alterado a estrutura produtiva do estado, não levando, por exemplo, à imediata industrialização e dinamização econômica do estado, como parcela dos mudancistas almejava.

Nesta seção procuramos enfatizar que o tema da mudança da capital não foi somente uma discussão de políticos ou um tema restrito às elites. Foi uma questão que esteve inicialmente na imprensa e rapidamente ganhou outros cenários e espaços. Espaços institucionais como o Congresso Mineiro, mas também informais como as ruas e as praças, que foram usados como autênticos espaços públicos ao serem ocupados pelos *meetings*, comícios, passeatas. Um tema que motivou a produção cultural e, assim, pode ter seus significados construídos e reconstruídos. As revistas, bem como o carnaval, demonstraram a *apropriação* (CHARTIER, 1991, p.173-91) coletiva da questão e sua penetração no imaginário e na memória coletiva mineira. No entanto, isto não significou a inserção da população nas decisões políticas e econômicas em torno do projeto de mudança da capital.

2. Almejar a modernidade, planejar a cidade

2.1. La Plata, a cidade higiênica

A Legislatura da província aprovou, em abril de 1882, a lei que definia “la fundación inmediatamente de una ciudad, que se denominará La Plata, frente al Puerto de la Ensenada, sobre los terrenos altos” e outros aspectos relativos à construção da nova capital, como o fato de que ela seria realizada pela província (BUENOS AIRES. LEY, 1882). Determinou, ainda, a extensão da cidade, demarcando seus limites, e aprovou a realização das expropriações devidas, as quais já estavam definidas em lista anexa que citava os nomes dos proprietários e a extensão a ser expropriada. No mês de junho, o governador aprovou o plano da cidade, que havia sido desenvolvido pelo Departamento de Engenheiros da província. Nos meses seguintes, as leis votadas pela legislatura e os decretos publicados pelo governador deram continuidade aos procedimentos necessários à construção da cidade (BUENOS AIRES. MEMORIA, 1885). Destaca-se no segundo semestre a realização das festividades de lançamento da pedra fundamental, ocorridas em 19 de novembro, que não só demarcaram o início da construção, como simbolizaram o processo de conciliação nacional após a federalização de Buenos Aires.

Neste momento interessa-nos dar atenção à planta urbanística de La Plata, pois seus idealizadores a viram como a prova de capacidade nacional de planejar o futuro tendo como base o conhecimento científico, o apuro estético e a capacidade de dar respostas aos desafios da unificação nacional.

A cidade de La Plata, devido às particularidades de sua planta, se notabilizou como um exemplo de planejamento urbano, sendo um testemunho importante das práticas urbanísticas do século XIX que tanto lançaram mão do paradigma haussmaniano, quanto de experiências distintas, como foi a de Londres (ZUCCONI, 2009). Destacam-se, em seu desenho, a regularidade, a linearidade, a busca da harmonia dos espaços e sua integração ao porto de Ensenada, que, por sua vez, se integra ao Rio de la Plata. Como já observado, o complexo formado por cidade, porto, rio e mar expressava a expectativa de se criar uma nova Buenos Aires que catalisasse uma etapa de progresso e de novo movimento civilizatório. Para tanto, a cidade foi planejada seguindo os padrões da urbanística moderna, que prescreviam a beleza e a salubridade dos espaços como elementos fundamentais para o bem-estar das populações.

Seu planejamento e sua construção ocorreram no âmbito do Departamento de Engenheiros da província, cuja estrutura permitia-lhe executar os trabalhos. Nele

atuavam engenheiros, arquitetos, desenhistas e agrimensores.¹⁶ Com experiência oriunda de larga atuação na província de Buenos Aires desde a década de 1820, esses profissionais executaram tarefas topográficas e geodésicas, bem como obras de engenharia, arquitetura e urbanismo. Este conjunto de práticas, anteriores ao planejamento de La Plata, teve como fundamento a herança do período colonial que se somou ao contato com as criações barrocas e pós-barrocas. Face à intensa circulação de conhecimentos e de profissionais entre a Argentina, os Estados Unidos e a Europa, os funcionários do Departamento de Engenheiros tinham conhecimento de obras como “Versailles, Karlsruhe, la versión de Londres planteada por Christopher Wren y las adaptaciones norteamericanas de los modelos europeos: Williamsburg, Washington y el Buffalo de Ellicot.” (TERÁN, 1983, p.42). Da mesma forma, como ressalta Terán, a equipe do Departamento conhecia os problemas causados pela rápida urbanização que se processava na Europa e Estados Unidos, além de estar informada sobre as teorias e utopias que nasceram como reação aos problemas da cidade industrial (TERÁN, 1983, p.42).

A confecção do plano coube ao Departamento e foi aprovada pelo governador em junho de 1882, pois estava de acordo com “as necessidades de beleza, comodidade e higiene” (BUENOS AIRES. CENSO DE LA PLATA, 1884). Apesar de ter sido uma incumbência feita ao Departamento, Rey afirma que a autoria do plano pode ser creditada ao engenheiro Pedro Benoit que, na ocasião, era arquiteto no setor de Obras Públicas (REY, 1957, p.31-2). No entanto, a historiografia recente não confirma esta versão, mas destaca as relações do plano com os conhecimentos do período (PAULA, 1987; TERÁN, 1983). Põe-se em destaque, ainda, a publicação de um estudo teórico do arquiteto Juan Manuel de Burgos, intitulado “La nueva capital de la Provincia”, acompanhado de um desenho. Seu plano, muito semelhante ao traçado final da cidade, foi também enviado ao Ministério de Governo, em abril de 1882 (PAULA, 1987, p.83-4). Na perspectiva de Rey, à ação de Benoit teriam se somado o empenho, o entusiasmo e a inteligência do governador Dardo Rocha, que provavelmente acompanhara o trabalho do engenheiro durante o processo de confecção do plano. Rey alega, inclusive, que o governador havia adquirido um atlas universal, editado em 1880, e que nele havia uma nota redigida pelo próprio Dardo Rocha afirmando que a aquisição destinava-se a obter exemplos de planos de outras cidades que pudessem servir como referência para o

de La Plata.¹⁷ Benoit é descrito como braço direito do governador. Ou seja, aquele que soube materializar, do ponto de vista urbanístico e em constante diálogo com Dardo Rocha, as expectativas de modernização então em vigor. Nesta perspectiva, é como se o próprio governador fosse também autor do plano, não somente a autoridade que executava uma vontade pública. Esta é uma visão que alimenta o mito do fundador, aquele que não apenas dirige o processo, mas que o faz acontecer de acordo com suas ideias e concepções.

O estudo dos antecedentes internacionais ao plano de La Plata realizado por Terán contribui para esclarecer como se articularam os conhecimentos externos, especialmente no âmbito do urbanismo, à experiência da tradição hispânica, oriunda do Regimento das Índias, que prescrevia o tabuleiro de xadrez como planta básica para a construção de cidades (TERÁN, 1983). Este tipo de traçado foi empregado por diferentes civilizações desde a Antiguidade, podendo ser concebido como uma constante urbanística histórica. O chamado “damero clasico” (clássico tabuleiro de damas), tal como demonstrado por Randle (RANDLE, 1969 *apud* TERÁN, 1983), foi o modelo implantado pelos espanhóis e que permaneceu por largos anos na realidade urbana argentina, sem muitas alterações, mesmo depois da independência. No entanto, o plano de La Plata ultrapassa este modelo, fazendo convergir em sua proposta elementos que estavam presentes em planos de cidades desde o período renascentista. A ênfase no traçado geométrico, a simetria e a convergência central provinham das cidades ideais renascentistas; já o eixo monumental e a perspectiva ilimitada foram aspectos bem desenvolvidos na cidade barroca, seja em Versalhes ou Karlsruhe, por exemplo. A ênfase na salubridade e na higienização dos espaços foi um elemento que se impôs nas avaliações críticas e propostas urbanas face ao processo de industrialização verificado no final do século XVIII e início do XIX, o que trouxe um novo aspecto para as cidades: a convivência com a indústria e as consequências negativas daí advindas.

A reforma de Paris, a remodelação de Barcelona e as propostas utópicas, algumas descritas em romances¹⁸, no século XIX tentaram solucionar os problemas gerados pela industrialização, tais como a segregação, o congestionamento, a deterioração ambiental e a contaminação. Assim, a proposta de espaços verdes na área urbana e de canalização de água e de esgotos no plano de La Plata deriva das críticas

realizadas aos problemas sociais e ambientais resultantes da cidade industrial (TERÁN, 1983).

O plano de La Plata é tributário de uma rica tradição do pensamento urbanístico europeu e americano, que produziu plantas para cidades novas, propostas de remodelação urbana e também projetos de parques e jardins. Como demonstra Terán, as características do plano de La Plata e as concepções que o amparam estão presentes em algumas cidades, sejam elas construídas, remodeladas ou imaginadas. Entretanto, existem algumas propostas cuja inspiração foi maior, como é o caso da “proposta utópica para uma nova capital do Reino de Itália” e o plano de Indianápolis (EUA) (TERÁN, 1983). No âmbito local podem ser citados o “plano para a capital das colônias inglesas no Rio da Prata”, o “projeto para a Cidade Atlântida, capital da província de Buenos Aires” e o “traçado para a nova capital da província atribuído ao Departamento de Engenheiros” (TERÁN, 1983). Além disso, houve a proposta de Juan de Burgos. Nessas propostas sobressaem, principalmente, o predomínio do quadrado como forma geométrica fundamental para a organização do espaço urbano; a presença de uma praça central; a sobreposição de vias diagonais no plano de base ortogonal; a simetria.

No plano da cidade de La Plata, adotou-se o quadrado como forma de se organizar o centro urbano da capital (FIG. 1). O quadrado perfeito está definido por um extenso *boulevard* de cem metros de largura que circunda todo o centro urbano, o qual está formado por uma rede de ruas e avenidas em retícula. As ruas possuem 18 metros de largura; as avenidas, 30. A área total do centro é composta por 36 seções urbanas, cada qual com 36 quarteirões. Tanto na direção nordeste a sudoeste como na direção noroeste a sudeste, a cada sete quarteirões, no máximo, existe uma avenida. A retícula, portanto, está definida pela trama de ruas e avenidas que se cruzam ortogonalmente, mas com diferenciações hierárquicas privilegiando as avenidas que, mais largas, permitem efeitos estéticos e funcionais em maior escala. A esta retícula ortogonal básica foi sobreposta um sistema de oito linhas em diagonal, que formam ângulos de 45° ao cruzarem com ruas e avenidas da malha principal. Duas diagonais principais, com 30 metros de largura, ligam as extremidades do quadrado, de modo que a interseção das mesmas define o centro geográfico da cidade, no qual foi construída a praça principal que abriga o palácio da municipalidade e a catedral. Neste local, foram realizadas as comemorações do lançamento da pedra fundamental da cidade. Outras seis diagonais

foram propostas para interligar entre si as praças principais e os parques do centro urbano. Um conjunto de quatro dessas diagonais, cada uma com 18 metros de largura, forma um losango que, disposto no centro do perímetro urbano, interliga três grandes praças e o maior parque da cidade, denominado Bosque. Mais duas diagonais, estas com 30 metros de largura, interligam a praça da Legislatura e do Governo a uma das laterais do quadrado, posicionada em direção ao porto de Ensenada, localizado a cerca de 7 km de distância (TERÁN, 1983; BUENOS AIRES. RESEÑA, 1885).

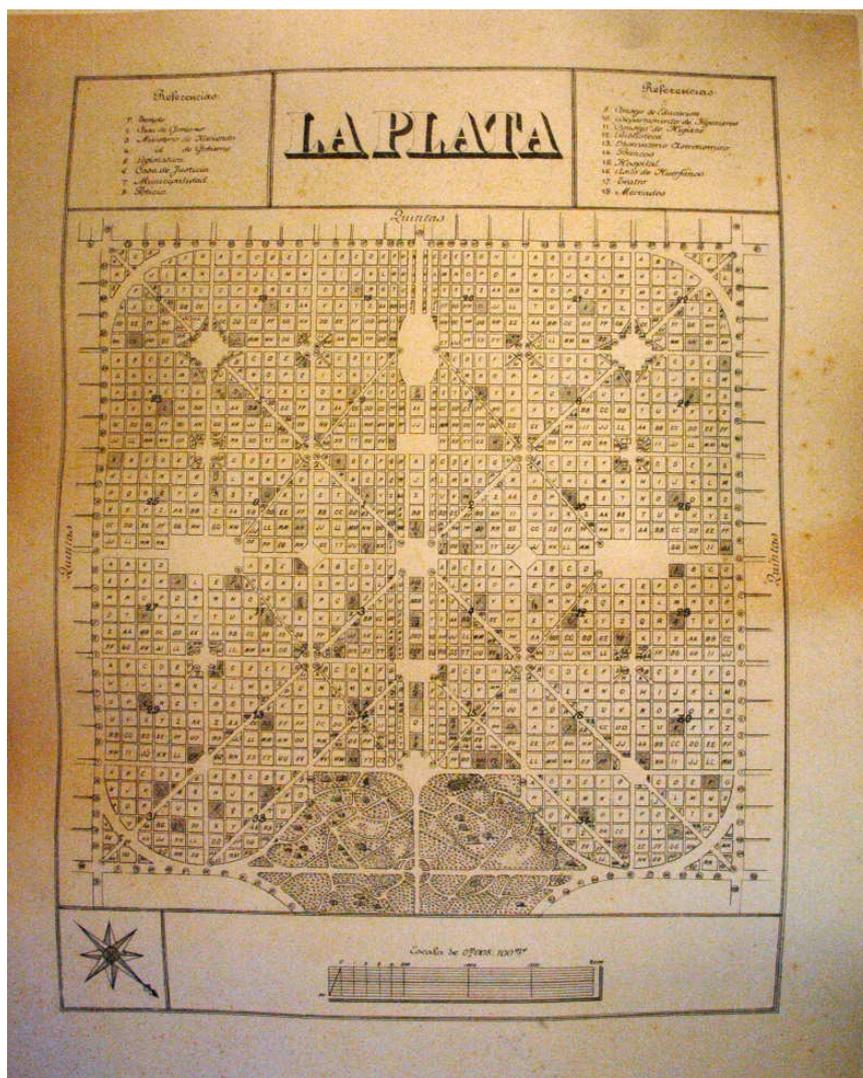


FIGURA 1 – Plano fundacional da cidade de La Plata, capital da província de Buenos Aires. Fonte: Vistas de La Plata, 1883. Biblioteca Nacional Argentina.

O centro urbano possui vinte e quatro áreas verdes, sendo vinte praças e quatro parques. As praças foram projetadas nas interseções das avenidas, apresentando-se com nove formas geométricas diferentes. Dos quatro parques, três são de pequeno porte e

um, denominado Bosque, é o principal e o maior da área urbana. Este último fazia parte da Estância Iraola, uma das áreas expropriadas para a construção da cidade. Nela, havia uma plantação com 97.000 eucaliptos mantida e inserida no plano como elemento vegetal que alicerça a concepção formal da cidade (TERÁN, 1983, p. 102). Esta grande área verde é um dos equipamentos que permite a maior salubridade do ar e oferece um espaço ideal para o lazer da comunidade. Sua localização favoreceu a oportunidade de se criar uma transição entre a área urbana da cidade e o porto de Ensenada. Neste sentido, como destaca Terán, o Bosque, as demais áreas verdes da cidade (seja as dos parques ou das praças) e o conjunto arbóreo das ruas fundamentam a caracterização de La Plata como cidade higiênica. Esta configuração era uma das maneiras de criar alternativas aos problemas de salubridade causados pelo processo de industrialização (TERÁN, 1983).

No centro da planta foi projetado um eixo monumental formado por duas avenidas (51 e 53) que correm paralelas, interligando dois lados do quadrado. Sobre um deles se abre o Bosque. Na área entre estas duas avenidas foram instalados alguns prédios de grande importância, tais como os da Catedral, da Municipalidade, da Legislatura, da Polícia, dos Bombeiros e Presídio, do Departamento de Engenheiros, da Casa de Governo e do Ministério da Fazenda. Este eixo também tem a função de um corredor de acesso ao parque e, por sua vez, ao porto, simbolizando, desta forma, o contato entre o interior e o exterior, entre a cidade e o mundo. Este eixo é cruzado perpendicularmente exatamente no meio por outro de menor importância, a avenida 13, sobre a qual se localiza a Casa de Justiça, além de dar acesso às estradas que levam à cidade. Esta avenida, principalmente, interliga Buenos Aires e La Plata.

No plano, a organização racional do espaço, respaldada pelo conhecimento científico e norteada pela busca da beleza, fazia nascer uma cidade que se propunha sede das funções administrativas e políticas, próprias de uma capital provincial, mas também espaço aberto à assimilação e transmissão do progresso econômico e cultural. O plano da cidade foi apresentado na Exposição Internacional de Paris, em 1889, momento em que ganhou fama e reconhecimento internacionais ao ser premiado com Medalha de Ouro.

Como já foi ressaltado acima, os diversos procedimentos para a instalação da nova capital vinham caminhando desde os primeiros dias da administração de Dardo

Rocha. Uma vez definida a opção pela construção de uma cidade e aprovada a localidade, o ritmo de trabalho foi intensificado. Entre junho de 1882 e abril de 1884, quando ocorreu a transferência dos poderes públicos para a nova capital, diversas leis e decretos foram expedidos para que a construção fosse realizada. A construção da nova capital exigiu uma ação concentrada, contínua e acelerada entre 1881 e 1884. Executar os estudos preliminares, a construção e a inauguração da capital em curto espaço de tempo foi possível diante das expectativas que motivavam os agentes públicos, da estrutura do Estado e dos recursos financeiros disponíveis. Este feito na Argentina simboliza a força e a supremacia do Estado Nacional centralizado que então se apresentava como instituição dotada de recursos suficientes para promover o desenvolvimento econômico.

A partir do segundo semestre de 1882, a administração de Dardo Rocha e a ação da Legislatura tiveram a construção da cidade como o principal projeto provincial. Por isso mesmo, coube à administração pública, após o processo de expropriação da área, a execução dos serviços relativos à demarcação da cidade, com a respectiva definição da área urbana, das quintas e chácaras, condição prévia para que as obras, públicas e privadas, de construção fossem iniciadas.¹⁹ Para incentivar o rápido povoamento da nova cidade, algumas vantagens foram concedidas tanto aos funcionários públicos quanto àqueles que decidissem se instalar na capital, tais como boas condições para aquisição de lotes e materiais. Comprados pelo Estado, eles foram repassados a preços de custo para quem edificasse sua casa no primeiro ano de construção da capital.

Um segundo aspecto a se destacar é que cabia ao Estado a definição das obras a serem realizadas para, em seguida, passar sua execução aos empreiteiros. Isto se deu, por exemplo, com a construção dos edifícios públicos do porto de Ensenada, da rede de abastecimento de água e de esgoto e da rede de iluminação pública da cidade. Algumas das obras de infraestrutura eram monopólios das empresas estatais, como se deu com a construção dos ramais férreos de responsabilidade do Ferrocarril del Oeste. No que tange aos edifícios públicos, após a aprovação dos projetos eles foram a concorrência pública para a escolha dos construtores²⁰. Além do lançamento do concurso internacional para a escolha de projetos, o governo também empreendeu a contratação de arquitetos para inspecionarem os projetos e sua respectiva construção.

Um terceiro ponto diz respeito à mão de obra. A carência de trabalhadores locais levou o Estado a apoiar as empresas privadas a contratar imigrantes. Isso fez com que a cidade, em seus primeiros anos, tivesse mais estrangeiros que nacionais. O censo de 1884 registrou uma população de 10.407 habitantes, composta por 20 nacionalidades.²¹ Os argentinos eram 22%; os estrangeiros, 78%. Entre as quatro nacionalidades estrangeiras mais representativas constam a italiana (44%), a espanhola (8,35%), a francesa (3,71%) e a oriental (1,6%). Além da predominância de italianos, neste censo verificou-se uma maior presença de população masculina. Os homens totalizam 84% da população. Tal desproporção de gênero explica-se em virtude do esforço construtivo da cidade, que envolveu prioritariamente a mão de obra masculina, mas que tendeu ao equilíbrio nos levantamentos seguintes.

Ao se aproximar o fim da gestão do governador, a cidade ainda tinha muitas obras para serem concluídas. No entanto, isto não impossibilitou a transferência dos serviços públicos antes que o novo mandatário assumisse seu cargo em abril de 1884. A Carlos D'Amico, "Ministro de Gobierno" de Dardo Rocha, coube levar adiante a finalização das obras de La Plata.

2.2 A planta da capital de Minas

Além de realizar os estudos das localidades para a nova capital de Minas, o engenheiro Aarão Reis também foi o responsável por seu planejamento e construção. Na realização da planta da Cidade de Minas, Aarão Reis aplicou suas concepções de sociedade, de progresso e de civilização, bem como expressou os conhecimentos de urbanismo adquiridos na Escola Politécnica do Rio de Janeiro e em sua prática profissional.²² Na transferência e adaptação de modelos (ANGOTTI-SALGUEIRO, 2001, p.140-1), o engenheiro tomou como exemplos as experiências urbanísticas de Washington, Londres, Paris e La Plata. Sabe-se que nesta última cidade Aarão Reis buscou informações quando trabalhava na proposta da capital mineira.²³ Contudo, uma análise da imprensa do período permite-nos sustentar a tese de que La Plata já figurava no imaginário das elites mineiras bem antes de o engenheiro iniciar seus trabalhos.

Tão logo se iniciaram os debates sobre a mudança da capital, nos dois últimos meses de 1889, os textos publicados na imprensa faziam referências a algumas cidades, brasileiras e estrangeiras, como recurso retórico para atacar ou defender a causa em

questão. Sobre as estrangeiras, não faltaram referências a Washington, Paris, Atenas, Nova York, Chicago, Philadelphia, Baltimore e La Plata. Entre todas, La Plata foi a que mais ensejou argumentos consistentes para atacar ou defender a mudança da capital. *O Pharol* se tornou o líder da propaganda pela mudança com a publicação do artigo “A Capital de Minas”, em 28 de dezembro de 1889. A 15 de janeiro do ano seguinte o jornal sugeria que o estado de Minas seguisse o exemplo da província de Buenos Aires e construísse uma nova capital. Neste momento, a referência a La Plata tornou-se um aspecto recorrente do debate. Na folha juiz-forana, as alusões serão sempre positivas, ao contrário do que ocorrerá no *Correio da Noite* e em *O Jornal de Minas*. Os dois jornais ouro-pretanos não pouparam argumentos para desqualificar a capital buenairense.

Em *O Pharol*, La Plata é apresentada com “a mais bella talvez de todas as cidades americanas” (*O Pharol*, 15 jan. 1890). Cidade exemplo de beleza, salubridade e conforto. Cidade modelo de desenvolvimento econômico, principalmente industrial. Esta era a cidade de La Plata, moderna como deveria ser a nova capital de Minas Gerais. Neste tom, a recorrência a La Plata seguiu como um argumento legítimo para demonstrar a necessidade e a possibilidade de Minas realizar empreendimento semelhante. Isto seria possível porque Minas Gerais não era inferior, “sob nenhum aspecto”, à província de Buenos Aires (*O Pharol*, 16 jan. 1890). Nos artigos, alguns elementos ainda são notados, como, por exemplo, o fato de que a cidade fora construída sem ônus para o estado, pois um Banco Construtor e Hypotecário se responsabilizou pela empreitada. Estava lançada desde este momento a cidade de La Plata como argumento, ora justificador, ora desabonador, da mudança da capital.

A resposta ao articulista de *O Pharol* não se fará esperar. No dia 17 de janeiro, os argumentos apresentados no dia anterior são questionados pelo *Correio da Noite*, de Ouro Preto. O periódico ouro-pretano se dedica a demonstrar a situação de La Plata. Neste sentido, o nome da capital buenairense caiu como uma luva para o argumento central dos antimudancistas: o interesse pela mudança se resumia a uma questão de dinheiro, de prata. No editorial a ideia é assim apresentada: “O caso é que uns patriotas conceberam a ideia de uma *La Plata* para Minas. A questão da mudança da capital já não resume, pois, senão em apetites de la plata.” (*Correio da Noite*, 17 jan. 1890). Este foi um dos tipos de argumento mobilizados pelos antimudancistas para contestar os oponentes ao longo de todo o debate. Tratava-se de acusar que algumas companhias

objetivavam obter vantagens, tornando a mudança da capital um negócio lucrativo para alguns como tinha sido na Argentina. O jornal enfatiza que, ao contrário do que se dizia, a construção onerou o estado, que estava altamente endividado (*O Jornal de Minas*, 22 nov. 1890). O mesmo não poderia acontecer com as finanças do estado de Minas, que deveriam ser preservadas de um possível descontrole econômico. Procurava-se destacar que no Brasil o governo federal não se responsabilizaria pela construção da nova cidade, o que aconteceu na Argentina com a indenização feita à província com a federalização de Buenos Aires. “Em Minas vai tudo nos custar”, enfatizava *O Jornal de Minas* (28 nov. 1890).

A respeito da comparação com La Plata, *O Jornal de Minas* lembrava que um dia ela serviu para atacar a monarquia, ao demonstrar a “rápida e maravilhosa florescência dos nossos vizinhos”. Todavia, mostrando-se ciente da dinâmica histórica e do funcionamento da política, reconhecia-se que “entretanto agora não tiramos proveito algum daquelle badulaque de ruínas financeiras para assegurarmos a consolidação e a ordem da nossa republica” (*O Jornal de Minas*, 28 nov. 1890). Pelo contrário, havia que tornar La Plata um exemplo a ser rejeitado.

O destaque de que La Plata era uma cidade com predominância de italianos, “de súbito introduzidos”, foi uma das primeiras observações negativas e que permaneceu na argumentação dos antimudancistas.²⁴ Afirmava-se que La Plata, “[...] ao passo que não atraíu população nacional, foi convertida em grande colônia de estrangeiros” (*O Jornal de Minas*, 28 nov. 1890). Nesta argumentação, explicitava-se a dificuldade de aceitação da mão de obra imigrante estrangeira no estado, ao contrário do que acontecia em São Paulo. Para os antimudancistas, seria um risco para o estado uma cidade nova em que se repetisse o acontecido em La Plata. O afluxo de estrangeiros em nada colaboraria para que a capital fosse “um centro de hegemonia nacional”. A região do Rio da Prata estava repleta de mercenários “imigrantistas” - isto também poderia acontecer com Minas. Neste sentido, defendia-se a permanência da capital em Ouro Preto. Nesta perspectiva, para o redator, “A autonomia de Minas, em quanto bem se não firmasse, convinha ter por base uma cidade como esta, essencialmente mineira; cabeça defendida por natureza, e servida por um cerebro puritano e sem mescla” (*O Jornal de Minas*, 22 nov. 1890).

Estas considerações nos demonstram que havia um conjunto de referências muito consistentes sobre La Plata. Era do conhecimento da elite letrada que escrevia nos jornais algumas das questões suscitadas pela construção da cidade. Neste sentido, de uma experiência urbana e social que frequentou os debates sobre a mudança da capital, La Plata saltou para o lugar de um modelo urbanístico efetivo a ser considerado por Aarão Reis no seu planejamento. Como chefe da Comissão Construtora da Nova Capital, o engenheiro se dedicou a realizar o sonho dos mudancistas. Para eles, a mudança da capital, “sob o ponto de vista econômico [...] se resolveria já sem o menor ônus para o estado e as discussões de preferência cessariam, quando procedêssemos como os argentinos, fazendo brotar do solo, como que por encanto, a esplendida La Plata” (*O Pharol*, 18 fev. 1890). Posto isto, podemos nos dedicar a estudar alguns aspectos da proposta do engenheiro e sua equipe para a nova capital mineira.

Tanto o estudo das localidades quanto o planejamento e a construção da nova capital estiveram a cargo da equipe coordenada pelo engenheiro Aarão Reis, que não estava vinculado à estrutura administrativa do estado. Em La Plata, diferentemente, o planejamento e construção da cidade ocorreram no âmbito do Departamento de Engenheiros da província. Por mais que Aarão Reis tivesse que prestar contas à Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas e ao Presidente de Estado, ele obteve poderes especiais para executar suas funções por meio da criação da Comissão Construtora da Nova Capital (CCNC) - uma estrutura com grande grau de autonomia, à maneira de um comitê científico (ANGOTTI-SALGUEIRO, 1997, p.179). No âmbito dela, a cidade foi planejada e construída. Isto aponta para uma das principais diferenças em relação ao planejamento e construção de La Plata. Enquanto nesta última, no decorrer do processo e na memória histórica, o governador Dardo Rocha é apresentado como sujeito principal, como o fundador, deixando em segundo plano a ação dos técnicos, em Belo Horizonte o engenheiro Aarão Reis ganha destaque no processo.

No caso mineiro, a novidade do planejamento e a proposta de aplicação das modernas concepções urbanísticas, se não suplantaram o fato político da mudança, correram paralelo a ele em grau de importância. Em grande medida isto ocorreu devido à longevidade do processo de discussão da mudança da capital. A dinâmica histórica da mudança não proporcionou a primazia do processo a nenhum político mineiro. Se La Plata é considerada mais uma obra de Dardo Rocha do que de Pedro Benoit e a equipe

do Departamento de Engenheiros, a Cidade de Minas/Belo Horizonte é vista como uma obra de Aarão Reis e da CCNC. A cidade não tem um fundador, como La Plata, mas políticos atualmente homenageados nas suas principais avenidas, como Afonso Pena, Bias Fortes, Augusto de Lima e João Pinheiro, os quais em momentos determinados deram suas contribuições ao processo de mudança da capital. Ao Presidente do Estado Afonso Pena (1892-1894), na medida em que nomeou Aarão Reis para realizar os estudos das localidades e construir a cidade, coube certo destaque na memória histórica da capital. A avenida que leva seu nome foi assim nomeada pela CCNC; já os demais presidentes de Estado foram homenageados nos logradouros públicos, posteriormente à inauguração da cidade.

A planta da nova capital de Minas (FIG. 2), confeccionada por Aarão Reis e sua equipe, foi apresentada ao governo em março de 1895 e aprovada em abril, sendo então divulgada por meio de descrições na imprensa, e reproduzida, por exemplo, no *Album de vistas locais e das obras projectadas para edificação da nova cidade* e na *Revista Geral dos Trabalhos*. Essa divulgação parece conter uma propaganda com finalidade pedagógica: ao dar publicidade a uma nova ordenação espacial, esperava-se um novo modo de ocupação. A planta, assim, assume o caráter de representação não somente de um determinado espaço, mas também dos ideais de modernidade, dos saberes técnicos e da linguagem urbanística moderna. Ela faz parte de um processo de comunicação social (JACOB, 1992, p.41) e pode ser vista também como um símbolo da modernidade nacional, em sua expressão regional. A planta, como miniatura e como esquema, procura criar um referencial, uma espécie de substituto da cidade que, ao ser visto, modelaria um modo de percepção do espaço. Neste sentido, a planta pode ser compreendida como um mapa, tal como definido por Jacob, ou seja, uma metáfora para compreender as relações humanas, as relações de poder e a hierarquia social (JACOB, 1992, p.32).

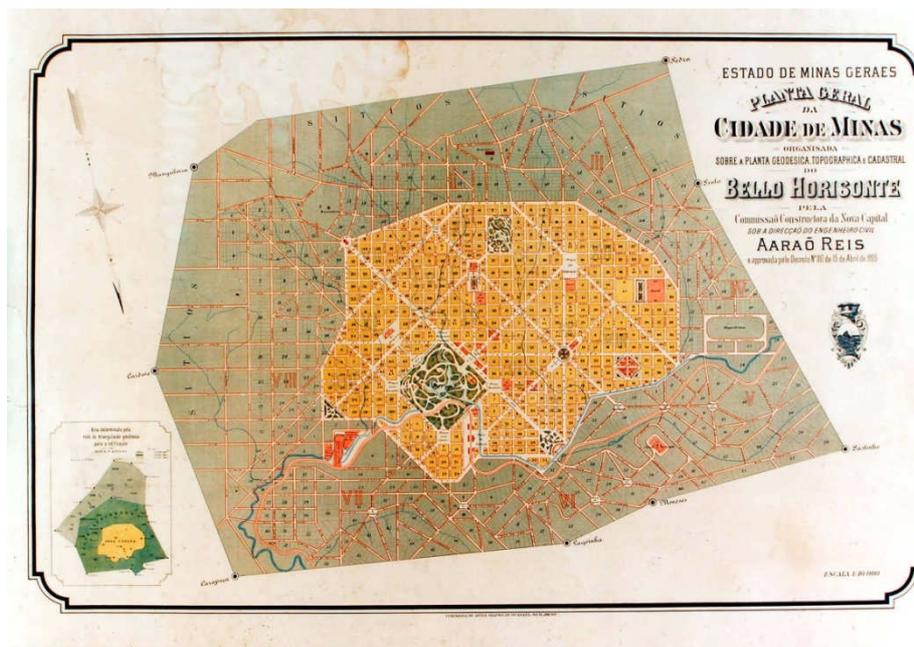


FIGURA 2 – Planta Geral da Cidade de Minas (Belo Horizonte). Comissão Construtora da Nova Capital, Aarão Reis, 1895. Fonte: Museu Histórico Afílio Barreto (MHAB).

A proposta urbanística para a nova capital procurou viabilizar em termos racionais e, portanto, técnicos uma cidade que fosse diferente das formas urbanas que prevaleciam em Minas Gerais e em grande parte do Brasil. Tal como em La Plata a linearidade, a geometrização, a salubridade, a comodidade, a hierarquização dos espaços e a busca da beleza também foram aspectos vitais que informaram os projetistas. Estes estavam sintonizados com os saberes urbanísticos (tributários dos ideais iluministas) e críticos da época aos problemas das primeiras cidades industriais inglesas. No entanto, muitas das soluções urbanísticas criadas por Aarão Reis, contraditoriamente, remetiam ao urbanismo barroco, como demonstram Beatriz Magalhães e Rodrigo Andrade. Para estes, isto se expressaria na “hierarquização dos espaços, na distribuição ordenada dos palácios e praças a partir de um centro de emanção, na presença nítida de um centro de simetria — a Avenida Álvares Cabral [...]” (MAGALHÃES; ANDRADE, 1998, p. 44). Já a perspectiva higienista ainda teria levado o planejador, segundo Angotti-Salgueiro, a deslocar alguns dispositivos técnicos indispensáveis à cidade para sua área suburbana: na parte mais baixa do terreno e ao longo do ribeirão equipamentos como cemitério, matadouro, hipódromo, lavanderia municipal, banhos públicos, incinerador de lixo, estação de tratamento de água e um forno crematório. Já na parte alta foram instalados os reservatórios de água (ANGOTTI-SALGUEIRO, 1997, p.155).

Em La Plata, o Rio e a estância Iraola foram tomados como pontos de referência vitais para o planejamento espacial, traduzindo uma opção pela cidade higiênica e pela cidade-porto em linha de continuidade com uma tradição econômica e cultural, consubstanciada na ideia de uma nova Buenos Aires. Em La Plata, a estância Iraola foi transformada em parque (Bosque). Ao mesmo tempo, esta opção facilitou a geometrização da área urbana. Em Belo Horizonte, as montanhas (a Serra do Curral) e a antiga fazenda, transformada em parque (Municipal), ofereceram aos planejadores os pontos de referência para a ocupação espacial. A cidade poderia ser moderna, mas sua localização afirmava o apego a um tipo de paisagem que, de algum modo, é vista como constitutiva da identidade mineira. Encravar a nova capital em uma região que tradicionalmente abrigou a sede do poder estadual, manter a grande distância do litoral, fornecia os parâmetros objetivos para que a cidade conciliasse o passado e o futuro. A tradição e o futuro, como já destacamos. No que tange ao parque, ele foi inserido dentro da malha urbana como forma de integrar natureza e cultura. Neste caso, a geometrização presente na cidade não se repetiu no parque.

Conforme descrição da *Revista Geral dos Trabalhos* (MINAS GERAES. *Revista Geral dos Trabalhos I*, 1895a, p.97-101), a cidade “será dividida em uma parte central, *urbana*, e outra contornando a primeira *suburbana*. Uma extensa avenida de 35 metros de largura e cerca de 10 quilômetros de desenvolvimento, separará a área *urbana* da *suburbana*.”²⁵ Este tipo de zoneamento tripartite (urbano, suburbano e rural) corresponde ao modelo de cidade ideal proposto por Charles Fourier, como lembra Angotti-Salgueiro (ANGOTTI-SALGUEIRO, 1995). Seria uma tentativa de harmonização entre natureza e ocupação humana. O tipo de zoneamento proposto por Aarão Reis demonstra a intervenção técnica no espaço e a racionalidade do processo, ao mesmo tempo em que revela a busca da harmonia em benefício do progresso social. No entanto, as formas de apropriação deste modelo levaram historicamente a um tipo de ocupação que revelou a hierarquização social e usufruto diferenciado e altamente excludente do espaço citadino.

Como bem demonstra a historiografia (ANGOTTI-SALGUEIRO, 1995; JULIÃO, 1996; MAGALHÃES, ANDRADE, 1998), Aarão Reis realizou melhor detalhamento da área urbana, em detrimento das demais. Nela, houve a superposição de duas malhas: uma ortogonal, baseado no xadrez, e outra diagonal.²⁶ A primeira,

representada pelas ruas e a segunda, pelas avenidas. Às ruas foi dada a largura de 20 metros; às avenidas, 35. Mas, à principal avenida foi dada atenção especial, pois a mesma cumpria função estética, de circulação e de ordenamento do espaço. De acordo com a *Revista*, “haverá uma *grande avenida* de 50 metros de largura, com duplo renque central de árvores, e 3200 metros de comprimento, ligando em linha recta o *bairro commercial*, junto a estação, ao alto do Cruzeiro, onde será edificado o magestoso templo projectado pelo Dr. Magalhães [...]” (MINAS GERAIS. *Revista Geral dos Trabalhos I*, 1895a, p.97-101).

Esta grande avenida (Afonso Pena), à maneira dos *boulevards* parisienses, é apresentada por Aarão Reis como uma via larga o suficiente para abrigar faixa central de areia para passeios a cavalo, dois passeios laterais junto a esta; duas faixas para a circulação de veículos; e mais dois passeios junto aos prédios. Para Angotti-Salgueiro, não estava em questão em Belo Horizonte, como na Paris de Haussmann, a circulação como elemento estratégico do planejamento urbano (ANGOTTI-SALGUEIRO, 1995, p. 200). A intenção estética talvez tenha sido a mais importante, mas ficou longe de se aproximar dos *boulevards* parisienses, principalmente porque a ocupação arquitetônica dos primeiros anos não levou em consideração a harmonização entre a largura da via e a altura dos edifícios. Do mesmo modo, também não houve, prontamente, a ocupação prevista dos *carrefours*, para os quais se esperavam prédios monumentais.

No planejamento urbano, as praças cumpriram a função de quebrar a monotonia da superposição das duas malhas, ao mesmo tempo que, ao cortarem ruas e avenidas, dariam “largueza para o efeito architectonico dos edifícios públicos, verdadeiros palácios esplendidamente situados” (MINAS GERAIS. *Revista Geral dos Trabalhos I*, 1895a, p.97-101). De todas elas, a Praça da Liberdade foi a que mais atenção ganhou, não necessariamente na proposta de Aarão Reis, mas na execução da mesma, pois na fase construtiva ela se notabilizou como sede do poder público estadual. A presença do palácio presidencial e das secretarias, que por muitas décadas tornou a praça símbolo do poder republicano, hoje vê seu uso transformado pela lógica da associação do poder público e do capital privado. Uma lógica que enfatiza a apropriação urbana via usos de equipamentos culturais, com a respectiva transferência de imóveis públicos à iniciativa privada.²⁷

Outra praça muito importante na proposta de Aarão Reis era a da República, situada em frente ao portão principal do Parque, na Avenida Afonso Pena. Nela seriam implantados o Palácio da Justiça e o do Congresso. Ela seria o ponto de partida de três importantes avenidas: uma daria acesso ao Palácio Presidencial; outra à praça em homenagem à Federação (atual Praça da Assembleia) e a terceira à praça onde se instalaria a Municipalidade (atual Praça Raul Soares). No entanto, na implantação da proposta foram feitas algumas modificações, inviabilizando a existência da Praça da República como lugar emblemático do espaço urbano.

Em atenção à salubridade da cidade, em parte garantida pela largura de ruas e avenidas, foi proposta a implantação de um conjunto arbóreo por toda a área urbana, bem como a construção de um grande parque. Na proposta de Aarão Reis, haveria renques de árvores em toda a extensão das ruas e avenidas, sendo que nestas eles seriam duplos. O Parque foi pensado como elemento estruturante do espaço urbano e também uma obra de arte que, diante da extensão e planejamento, seria “o mais importante e grandioso de quantos há na América, e, por si só merecerá a visita de nacionais e estrangeiros e elevará a nova cidade acima de quantas ora atraem, no Brasil, a população que deseja refazer forças, no verão em lugares amenos e aprazíveis” (MINAS GERAIS. *Revista Geral dos Trabalhos I*, 1895a, p.97-101). Nesta perspectiva, a beleza e a salubridade da cidade a inscreveriam nas rotas nacionais e internacionais do trânsito turístico.

No entanto, em que pese a importância do parque na proposta urbanística da cidade, muitos dos equipamentos propostos para sua área não foram implantados, bem como foi reduzido, ao longo dos anos, em parte de sua extensão. Este fenômeno de transformação espacial da cidade, que teve no parque um dos principais exemplos, está diretamente associado ao crescimento urbano, à valorização ou depreciação de espaços, ao aumento demográfico que não pode ser previsto no momento do planejamento inicial. Configura-se, ainda, o que Magalhães e Andrade chamam de a *vertigem do novo* (MAGALHÃES; ANDRADE, 1998, p.37-40). Este fenômeno torna-se mais grave quando não há uma verdadeira ocupação pública e cidadã dos espaços da cidade. Destino semelhante teve o Bosque em La Plata. Ao longo do tempo, ele perdeu suas características iniciais, pois passou a abrigar equipamentos urbanos como estádio de

futebol, sedes de faculdades e colégio. Hoje em dia algumas lideranças locais tentam reverter este processo.

A construção da cidade ocorreu entre 1894 e o final de 1897, quando foi inaugurada. Antes da conclusão do processo, o engenheiro Aarão Reis, em 1895, demitiu-se da coordenação dos trabalhos da CCNC, sendo substituído pelo engenheiro Francisco Bicalho. Essa mudança, aliada a outros fatores, fez com que a implantação do plano da Cidade de Minas sofresse algumas modificações, todavia sem alteração do desenho urbanístico proposto.

Em Belo Horizonte, tal como em La Plata, a construção foi um empreendimento estatal. Ao governo coube o planejamento geral, a confecção dos projetos dos edifícios públicos, que foram construídos por particulares. Em ambas as cidades houve distribuição de lotes ao funcionalismo público. Importante diferencial dos dois processos foi que em Minas Gerais houve a necessidade de várias demolições, pois o local da construção da cidade abrigava um arraial tipicamente colonial. O local foi considerado propício, mas não o arraial. Dele foi feito *tabula rasa*. Já em La Plata, não houve este tipo de trabalho, pois a área escolhida servia a plantação somente. Em Belo Horizonte, ocorreu um processo de transformação espacial em que um povoado de origens coloniais deu lugar a uma cidade de traçado geométrico. Ocorreu um processo simultâneo de destruição e construção. Enquanto um povoado era destruído, uma cidade, que se queria moderna, era construída em seu lugar.

3. Belo Horizonte e La Plata: balanço final

As análises aqui realizadas trouxeram à tona aspectos semelhantes e particulares de como o espaço urbano permite compreender parcelas do processo de modernização capitalista. Mais que isso: as duas regiões latino-americanas enfocadas expressam desejos, utopias, imaginários e interesses — plenos de tensões e ambiguidades — dos grupos sociais diretamente envolvidos no processo de escolha, planejamento e construção de ambas as cidades-capitais. Se La Plata representou o sonho de uma nova Buenos Aires, Belo Horizonte simbolizou a expectativa de integração econômica do estado que também não obteve resultados imediatos. O planejamento e o traçado moderno das duas cidades-capitais garantiram-lhes exibir beleza, salubridade e conforto materializados em um conjunto articulado de praças, ruas e avenidas; possibilitaram-

lhes a implantação dos modernos sistemas de transporte e iluminação pública; promoveram a implantação de edifícios públicos monumentais.

La Plata e Belo Horizonte surgiram como cidades-modelo, ideais que rapidamente demonstraram as distâncias entre seu planejamento e sua execução. Elas são provas do grande hiato existente entre idealização de uma ocupação e apropriação efetiva do espaço. Mostram que a dinâmica histórica da modernidade escapa às previsões de cientistas, técnicos e políticos. As duas cidades permitem-nos avaliar, de um lado, as distâncias existentes entre a cidade ideal e a cidade real e, de outro, como os discursos sobre o que era ser moderno no período influenciaram comportamentos e, de certa forma, instituíram imaginários até hoje perceptíveis no senso comum. Em suma, conhecer os meandros de suas histórias, sobretudo em perspectiva comparativa, possibilita-nos aquilatar as contradições e as formas de exclusão socioculturais nelas expressas; o jogo de interesses que as animou; os modos de apropriação da cultura urbanística em circulação; a mobilização de recursos, materiais e simbólicos, para sua concretização.

A construção das duas cidades-capitais significou uma maneira de atualização do processo civilizatório nas duas regiões, mas de modo a promover transformações com a respectiva manutenção das estruturas de poder. Neste sentido, mostrou sua face conservadora e excludente, que ficou mais nítida com o passar do tempo. De certo modo, a construção das duas cidades significou a tentativa de ingresso na modernidade industrial em países que ainda se apegavam às suas vocações agrárias, situação que será ultrapassada somente em meados do século XX.

BELO HORIZONTE AND LA PLATA: CAPITAL CITIES OF MODERN LATIN-AMERICAN AT THE END OF THE NINETEENTH CENTURY

Abstract: *Belo Horizonte, in Brazil, and La Plata, in Argentina, are two capital cities which were both planned and built in the late nineteenth century as a way to symbolize the modernization process undertaken by each one of these regions. In a comparative perspective, this paper aims at analyzing two fundamental aspects of the installation process of both cities: the choice of locations for the building of the cities and the urban characteristics adopted by each one of them. By emphasizing the contextual responses given to the challenges of capitalist modernization, our approach aims at highlighting the similarities and the differences in the construction of these two capital cities.*

Keywords: *Belo Horizonte; La Plata; Brasil; Argentina; capital-cities*

Documentação Escrita

MINAS GERAES. Comissão Constructora da Nova Capital. **Planta geral da Cidade de Minas, organizada sobre a planta geodesica, topographica e cadastral do Bello Horisonte**. Rio de Janeiro, 1895. Escala 1:10.000. 111x75cm. Acervo da Comissão Constructora da Nova Capital. Disponível em: <http://www.comissaoconstructora.pbh.gov.br/>. Acesso em: 11 nov. 2010.

Plano fundacional da cidade de La Plata, capital da província de Buenos Aires. *In*: Vistas de La Plata, 1883. Biblioteca Nacional Argentina. Disponível em: <http://www.bn.gov.ar/fototeca>. Acesso em: 10.12.2010.

Jornais

A ORDEM, Ouro Preto, 19 jul. 1891, ano II, n.116, p.1.

O PHAROL, Juiz de Fora, 15 jan. 1890, ano XXIV, n.13, p.2. (A mudança da capital)

O PHAROL, Juiz de Fora, 16 jan. 1890, ano XXIV, n.14, p.1. (A mudança da capital)

CORREIO DA NOITE, Ouro Preto, 17 jan. 1890, ano I, n.14, p.1.

O JORNAL DE MINAS, Ouro Preto, 22 nov. 1890, ano XIII, n.254, p.1. (Questão da capital)

O JORNAL DE MINAS, Ouro Preto, 28 nov. 1890, ano XIII, n. 259, p.1. (Mudança da capital)

O PHAROL, Juiz de Fora, 18 fev. 1890, ano XXIV, n.42, p.1. (Mudança da capital)

Leis, relatórios, memórias

BUENOS AIRES. RESEÑA Estadística y descriptiva de La Plata capital de la Provincia de Buenos Aires. Publicada bajo la dirección del doctor Emilio R. Coni. Buenos Aires: Ministerio de Gobierno, Oficina de Estadística General, 1885.

BUENOS AIRES. Mensaje a la honorable Legislatura referente a la Capital de la Provincia. Buenos Aires, marzo de 1882. Imprenta de “El Diario”, 1882.

BUENOS AIRES. MEMORIA presentada por el ministro secretario en el departamento de gobierno Dr. D. Nicolás Achával a la Honorable Legislatura de la Provincia. Años 1883-1884. La Plata, 1885.

BUENOS AIRES. CENSO DE LA PLATA. (Capital de la Provincia de Buenos Aires.) Población, comercio e industria. Levantado el 25 de marzo de 1884. Buenos Aires: Ministerio de Gobierno, Oficina de Estadística General, 1884.

MINAS GERAES. MENSAGEM do governador Antônio Augusto de Lima ao Congresso Constituinte em 7 de abril de 1891 *apud* LINHARES, Joaquim Nabuco. **Mudança da capital:** Ouro Preto-Belo Horizonte. Belo Horizonte: Conselho Medalha da Inconfidência, 1957.

MINAS GERAES. DIRETRIZES à Comissão de Estudo das Cinco Localidades Indicadas para a Construção da Futura Capital de Minas Gerais, Ouro Preto, 1892. Acervo da Comissão Construtora da Nova Capital. Disponível em: <http://www.comissaoconstrutora.pbh.gov.br/>. Acesso em: 11 nov. 2010.

MINAS GERAES. Comissão Constructora da Nova Capital. **Revista geral dos trabalhos:** publicação periodica, descriptiva e estatistica, feita com autorisação do Governo do Estado, sob a direcção do Engenheiro Chefe Aarão Reis. Rio de Janeiro, n.1, 107 p., abril de 1895. H. Lombaerts & C., editor. Acervo da Comissão Construtora da Nova Capital. Disponível em: <http://www.comissaoconstrutora.pbh.gov.br/>. Acesso em: 11 nov. 2010.

Referências bibliográficas

ANGOTTI-SALGUEIRO, Heliana. Revisando Haussmann. Os limites da comparação. A cidade, a arquitetura, os espaços verdes. (O caso de Belo Horizonte). **Revista USP**, São Paulo, n.26, p.195-205, jun.-ago. 1995.

_____. **Engenheiro Aarão Reis:** o progresso como missão. Belo Horizonte: Sistema Estadual de Planejamento, Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1997.

_____. O pensamento francês na fundação de Belo Horizonte. *In:* ANGOTTI-SALGUEIRO, Heliana (Org.). **Cidades capitais do século XIX**. São Paulo: Edusp, 2001.

BARBA, Fernando Enrique. **La Plata, orígenes y fundación:** la cuestión capital de la República y la fundación de la capital de la provincia de Buenos Aires. La Plata: [s/n], 1995.

BARRETO, Abílio. **Belo Horizonte: memória histórica e descritiva.** História média. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995a.

_____. **Belo Horizonte: memória histórica e descritiva.** História antiga. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995b.

BARROS, José D'Assunção. História comparada, um novo modo de ver e fazer a História. **Revista de História Comparada.** Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.1-30, jun. 2007a.

_____. Origens da História Comparada. As experiências com o comparativismo histórico entre o século XVIII e a primeira metade do século XX. **Anos 90,** Porto Alegre, v.14, n.25, p.141-73, jul. 2007b.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados,** São Paulo, v.5, n.11, p.173-91, abr. 1991.

FAUSTO, Boris; DEVOTO, Fernando J. **Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada (1850-2002).** São Paulo: Editora 34, 2005.

JACOB, Christian. **L'empire des cartes: approche théorique de la cartographie à travers l'histoire.** Paris: Albin Michel, 1992.

JULIÃO, Letícia. Belo Horizonte: itinerários da cidade moderna (1891-1920). *In:* DUTRA, Eliana de Freitas (Org.). **BH: horizontes históricos.** Belo Horizonte: C/Arte, 1996. p.49-118.

LINHARES, Joaquim Nabuco. **Mudança da capital: Ouro Preto – Belo Horizonte.** Belo Horizonte: Conselho da Medalha da Inconfidência, 1957.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** Trad. Irene Ferreira, Bernardo Leitão, Suzana Ferreira Borges. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

MAGALHÃES, Beatriz de Almeida; ANDRADE, Rodrigo Ferreira. A formação da cidade. *In:* CASTRIOTA, Leonardo Barci (Org.). **Arquitetura da modernidade.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998. p. 37-78.

MELLO, Ciro Flávio Bandeira de. A noiva do trabalho - uma capital para a república. *In:* DUTRA, Eliana de Freitas (Org.). **BH: horizontes históricos.** Belo Horizonte: C/Arte, 1996, p.11-47.

PAULA, Alberto S. J. de. **La ciudad de La Plata, sus tierras y su arquitectura.** Buenos Aires: Ediciones del Banco de la Provincia de Buenos Aires, 1987.

PRADO, Maria Ligia Coelho. A história comparada da América Latina. **Revista de História**. São Paulo, n. 153, p.11-33, 2º semestre 2005.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. Uma interpretação sobre a fundação de Belo Horizonte. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**. Belo Horizonte, UFMG, n.39, p.129-61, jul. 1974.

REY, José Maria. **Tiempos y fama de La Plata**. La Plata: [s/n], 1957.

TERÁN, Fernando de (Org.). **La Plata ciudad nueva, ciudad antigua: historia, forma y estructura de un espacio urbano singular**. La Plata: Universidad Nacional de La Plata; España: Instituto de Estudios Locales, 1983.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. A capital controversa. **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Belo Horizonte, ano XLIII, n. 2, p.28-43, jul. 2007.

ZUCCONI, Guido. **A cidade do século XIX**. São Paulo: Perspectiva, 2009.

Notas

¹ No período colonial e imperial, a localidade era conhecida como arraial do Curral d'El Rei, distrito do município de Sabará. Em 1890, logo após a proclamação da república, teve seu nome alterado para Belo Horizonte. Como localidade escolhida para sediar a nova capital de Minas Gerais, foi rebatizada como Cidade de Minas, a 15 de setembro de 1897, às vésperas de sua inauguração, em 12 de dezembro. Em 1901, o nome Belo Horizonte foi retomado para designar a capital. (BARRETO, 1995a, p. 75, 723.)

² A revolução de 1880 ocorreu na cidade de Buenos Aires entre os dias 20 e 21 de julho. Nela se confrontaram o exército nacional e as forças militares provinciais. Os combates envolveram cerca de 10.000 homens, sendo que aproximadamente 4.000 ficaram feridos ou morreram. Nos dias subsequentes cada uma das partes se considerou vencedora. Por um lado, os buenairenses impediram a invasão da cidade pelo exército nacional, que, por sua vez, mostrou sua força bélica e se instalou nas cercanias de Buenos Aires. No entanto, no interior da província, as forças nacionais demonstraram sua supremacia. As negociações de paz se deram entre 22 e 30 de junho. (SABATO, 2008.)

³ Apenas para exemplificar, lembramos aqui o caso de Teresina, capital da Província do Piauí, projetada e construída em 1852 com traçado geométrico. Antes dessa data, a capital da província estava sediada na cidade de Oeiras, que desde o século XVIII recebia críticas em relação à sua inadequação para sediar o governo provincial. A mudança foi vista como forma de garantir o progresso da província ao deslocar a capital para um lugar com maior salubridade, facilidades comerciais e de comunicação, além de trazer a oportunidade de desenvolver a agricultura. O plano da cidade foi feito pelo mestre de obras João Isidoro da Silva França. A regularidade do traçado e sua malha reticulada e simétrica são aspectos que denotam o caráter moderno do plano. (Cf. BRAZ E SILVA, 2008; REIS, 2006; SILVA, 1994.)

⁴ Outro caminho metodológico indicado pelo autor é a comparação entre sociedades distantes no tempo e no espaço.

⁵ Alberto de Paula (1987) trabalha alguns aspectos da *Mensagem* em sua obra, mas não faz uma avaliação dos significados do documento, seja no momento de sua produção ou no longo prazo.

⁶ Segundo Paula (1987), a escolha de uma nova capital gerou algumas propostas espontâneas de algumas localidades. Dentre elas, algumas foram contempladas pela comissão encarregada dos estudos.

⁷ A comissão era formada por Aristóbulo del Valle, senador nacional; Eduardo Costa, procurador geral da nação; Francisco Lavalle, presidente do Departamento de Engenheiros da província; Guilherme White, presidente do Departamento de Engenheiros da Nação; Faustino J. Jorge, presidente do Ferrocarril Oeste;

Antonino Cambaceres e Saturnino S. Unzué, ambos legisladores; e pelos médicos sanitaristas Eduardo Wilde, Manuel Porcel de Peralta e José M. Ramos Mejía. (TERÁN, 1983, p. 76.)

⁸ O porto, como ressalta Dardo Rocha, já havia sido, em outras ocasiões, objeto de atenção de marinheiros, engenheiros, como Vebans e Weelright, e do próprio presidente Bernardino Rivadavia (1780-1845), os quais destacaram suas qualidades.

⁹ A construção do porto foi iniciada em 1884 e concluída em 1890. Disponível em: <<http://www.puertolaplata.com>>. Acesso em: 17 jan. 2011.

¹⁰ O parecer do engenheiro Herculano Penna foi publicado no jornal *O Movimento*, em 12 de abril de 1891.

¹¹ O parecer do Dr. Rocha foi divulgado em *O Movimento*, em 22 de maio de 1891.

¹² O debate na imprensa pode ser acompanhado nos seguintes jornais: *A Patria Mineira*, de 23 de abril; *A Epoca*, de 23 de abril; *O Jornal de Minas*, de 10 de abril; *O Contemporaneo*, de 19 de abril e 3 de maio.

¹³ A comissão era integrada pelos senadores Gama Cerqueira, Kubitschek e Xavier da Veiga, e pelos deputados Cônego M. Alves, O. de Magalhães, Otávio Otoni e Severiano Resende. (LINHARES, 1957, p.73.)

¹⁴ Mais detalhes sobre o processo parlamentar podem ser conferidos em Barreto (1995b); Linhares (1957); Resende (1974); Viscardi (2007).

¹⁵ Aqui nos referimos ao controle e manipulações na formação das chapas eleitorais e no processo eleitoral como um todo. Para a formação do Congresso Mineiro de 1891 o governo interferiu de tal modo que resultou na sub-representação da Zona da Mata. (Cf. VISCARDI, 2007, p. 36-37.)

¹⁶ A relação dos profissionais que atuavam no Departamento, na época da construção de La Plata, pode ser encontrada em Rey (1957, p. 33-34).

¹⁷ Trata-se da obra *Atlas Universel. Contenant la geographie physique, historique, theorique, militaire, industrielle, agricole y commerciale du monde avec la statistique la plus recente et la plus complete*. Le texte par F. de La Brugere et Alphonse Baralle. Paris: Artheme Fayard, 1880.

¹⁸ Entre os romances Terán destaca as obras de Julio Verne, especialmente o livro *Les cinq cents millions de Béguin*, no qual é descrita a cidade ideal de Franceville, que se aproximaria formalmente da planta de La Plata. (TERÁN, 1983, p. 57-71).

¹⁹ A demarcação da área destinada à parte urbana da cidade foi encerrada em janeiro de 1883. (REY, 1957.)

²⁰ Foram a concurso público internacional os prédios da Casa de Governo, da Legislatura, da Casa Municipal e da Casa de Justiça. No entanto, somente os projetos dos dois últimos edifícios foram aceitos pela comissão de concursos. Diante de tal fato, a seção de arquitetura do Departamento de Engenheiros elaborou os projetos dos prédios que tiveram as propostas recusadas, bem como dos edifícios que o poder público se comprometeu a construir. (BUENOS AIRES. RESEÑA, 1885).

²¹ As nacionalidades são as seguintes: africana (*sic*), [norte]-americana, alemã, austríaca, brasileira, belga, chilena, dinamarquesa, espanhola, francesa, italiana, inglesa, mexicana, uruguaia, paraguaia, portuguesa, russa, sueca e suíça. (BUENOS AIRES. CENSO, 1884, p. 11-12.)

²² Aarão Reis obteve o diploma de Ciências Físicas e Matemáticas, em 1873, e de Engenharia Civil, em 1874, ambos na Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Um estudo detalhado sobre a trajetória do engenheiro encontra-se em Angotti-Salgueiro (1997).

²³ CARTA de Aarão Reis a Rodrigo Ozório, 22 out. 1894.

²⁴ *Correio da Noite*, 17 jan. 1890. O Censo de La Plata, realizado em 1884, acusava os seguintes dados: 10.407 habitantes, sendo 2.278 argentinos e 8.129 estrangeiros; destes, 4.585 eram italianos. (BUENOS AIRES. CENSO, 1884.) Já em 1885, havia na cidade 17.171 habitantes, dos quais 6.398 eram argentinos e 10.773, estrangeiros. (TERÁN, 1982.)

²⁵ A superfície ocupada pela cidade se dividia em três áreas com as seguintes extensões: urbana - 815.382 m²; suburbana - 24.930.803 m²; sítios - 17.474.619 m². (MINAS GERAES. *Revista Geral dos Trabalhos II*, 1895b, p. 59.)

²⁶ Segundo Angotti-Salgueiro, o traçado em xadrez “era consagrado para as cidades novas provavelmente devido à facilidade de loteamento; enquanto a superposição de diagonais que obedecia à lógica dos fluxos, da aeração e da comunicação, adotadas na Paris ‘haussmanniana’, já era comum na tradição americana”. (ANGOTTI-SALGUEIRO, 1997, p. 155.)

²⁷ O governo mineiro implanta, desde 2009, o projeto denominado *Circuito Cultural Praça da Liberdade*. Ele prevê a utilização dos prédios públicos, situados na Praça da Liberdade e no seu entorno, por equipamentos culturais. Para viabilizar a proposta foi construída a Cidade Administrativa, projetada por Oscar Niemayer e inaugurada em 2010. Com a saída dos órgãos da administração pública estadual dos

prédios, os mesmos estão sendo ocupados por museus, hotel, etc. O projeto está sendo viabilizado por meio de parcerias entre o Governo de Minas, empresas privadas e instituições públicas.